IV SLAEDR
SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
V SIDETEG
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024
PROMOTORES:
PARCEIROS:
APOIO:
Sessão Temática ST3 – Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional

# ECONOMIA VERDE, CADEIAS PRODUTIVAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA

## ECONOMÍA VERDE, CADENAS PRODUCTIVAS Y DESARROLLO REGIONAL EN LA AMAZONÍA

## GREEN ECONOMY, PRODUTION CHAINS AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE AMAZON

**Michele Lins Aracaty e Silva[1], Silvio Cezar Arend[2]**

[1] Pós-doutoranda em Desenvolvimento Regional do PPGDR/UNISC. Bolsista PRO-DOC/ FAPEAM. Doutora em desenvolvimento regional. Docente do departamento de ciências econômicas (UFAM).
[2] Doutor em Economia. Docente do Departamento de Economia (UNISC) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/ UNISC).

**Palavras-chave:** Economia Verde. Cadeias Produtivas. Desenvolvimento Regional. Amazônia.
**Palabras clave:** Economía verde. Cadenas Productivas. Desarrollo regional. Amazonas.
**Keywords:** Green Economy. Prodution Chains. Regional development. Amazon.

## INTRODUÇÃO

A Economia Verde foi lançada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em contraposição à economia marrom e tem o propósito de suprir a demanda pela identificação de um novo modelo econômico de baixo carbono, baseado no melhor aproveitamento dos recursos naturais ao mesmo tempo, em que alia o crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental.

Este novo modelo abrange toda a cadeia produtiva, estimulando a inovação, o desenvolvimento de tecnologias limpas e as práticas sustentáveis de diversos setores com foco na eficiência, no uso de recursos, redução de emissões de carbono, estímulo à inovação verde, fomento à inclusão social, conscientização sobre a preservação ambiental e o bem-estar coletivo.

Acerca do desenvolvimento regional a ser implementado no contexto Amazônico, deve ser endógeno com o propósito de promove a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. Sendo realizado de dentro para fora e de baixo para cima a partir da identificação as potencialidades sociais e econômicas originais e com ampla participação dos atores locais organizados e com poder de decisão.

Para tanto, ao longo deste texto, objetivamos discutir a importância das cadeias produtivas como elementos impulsionadores da Economia Verde e do desenvolvimento regional na Amazônia.

Por fim, a Economia Verde é um modelo econômico que busca conciliar crescimento econômico, preservação ambiental com foco no desenvolvimento regional sustentável. Através da reestruturação das cadeias produtivas de produtos da floresta que tem a potencialidade de gerar R$ 38,6 bilhões até 2050, transformando a realidade socioeconômica da Amazônia e de quem nela reside.

## METODOLOGIA

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo discutir a importância das cadeias produtivas como elementos impulsionadores da Economia Verde e do desenvolvimento regional na Amazônia. Para atingir tal propósito, fez-se uso de material de cunho bibliográfico e documental como meio de investigação a partir de fontes secundárias, de publicações impressas e/ou disponíveis na internet.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que, a partir dessa base teórica, se optou por apoiar-se também na pesquisa do tipo descritiva, que tem como função principal a análise do objeto, buscando descrever o estado da arte nos temas escolhidos. De maneira complementar, é possível classificar a presente pesquisa também como exploratória, pois os conhecimentos acerca dos temas ora discutidos estão em processo de construção e aprofundamento. Quantos à análise, prevalece a análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimento dos textos selecionados para a construção do artigo.

## DESENVOLVIMENTO

### Economia Verde

De acordo com Tavares (2011, p.58), a "Economia Verde" reflete quatro décadas de diálogo entre governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre meio ambiente, economia e desenvolvimento, marcados pela sequência de conferências globais com destaque para: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, a Rio 92, a Rio+10 em 2002 e a Rio+20 em busca de colocar em prática decisões em prol da vida na terra.

De acordo com o Pnuma (2008), a Economia Verde também chamada de Ecodesenvolvimento surge em oposição à chamada Economia Marrom pautada no desenvolvimento não ambientalmente responsável e que não alia bem-estar social com conservação dos recursos naturais.

Para tanto, a "nova economia" agora verde deve estar centrada em estimular a geração de empregos e a produção de renda para toda a população, ao mesmo tempo em que devem ser tomadas medidas para a redução dos gases-estufa, a ampliação da eficiência energética (com o uso de fontes de energia alternativas e limpas) e o uso sustentável dos recursos naturais (Pnuma, 2008).

A partir dessa iniciativa juntamente com o trabalho de outras agências, a Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza foi incluída na agenda da Rio + 20 em 2012 sendo reconhecida como uma ferramenta primordial para o alcance do desenvolvimento sustentável (Pnuma, 2012).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), surgiram em 2012 e constituem um apele universal da Organização das Nações Unidas para combater a pobreza, proteger o planeta e assegurar paz e prosperidade a todos. Os objetivos ora apresentados suprem os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes (ONU, 2012).

Foi neste mesmo ano que a ONU Meio Ambiente implementou uma definição mais funcional de Economia Verde ora denominada "Economia Verde Inclusiva" sendo aquela que resulta em

melhor bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que contribui para reduzir os riscos ambientais e a escassez ecológica "uma Economia Verde Inclusiva constitui uma alternativa ao modelo econômico dominante e uma oportunidade para promover tanto a sustentabilidade quanto a equidade social como funções de um sistema financeiro estável e próspero dentro dos contornos de um planeta finito e frágil" (2012).

"Ainda para a Pnuma (2012), a Economia Verde é um caminho para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, erradicando a pobreza e salvaguardando os limiares ecológicos os quais sustentam a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento humano".

Cabe aos governos e aos organismos internacionais a promoção de uma agenda que transforme a Economia Verde em prioridade, combinando "incentivos fiscais e regulamentações para acelerar o processo de mudanças por meio de inovações tecnológicas e criação de mercados verdes". Caso tal procedimento não seja adotado pelos órgãos governamentais e internacionais e sob coordenação do setor privado, como tem ocorrido, as economias tornam-se incapazes de ingressar efetivamente em uma Economia Verde" (Zapata, 2011, p.74).

Para Keppler (2024), a "Economia Verde engloba todas as formas de economia que, de alguma forma, pretendem alcançar melhorias em relação ao meio ambiente pelos produtos e serviços e agregar ao desenvolvimento sustentável da humanidade", consistindo num conjunto de práticas que visem à promoção de uma economia com crescimento pleno, que se baseie no bem-estar social e que esteja centrada em reduzir os riscos ambientais além de consertar o meio natural".

Já para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), "a Economia Verde se apresenta como um modelo para reverter essas tendências climáticas, alterando políticas e incentivos, de modo a apoiar o crescimento, a igualdade social e o bem-estar por meio da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais e do controle vigilante da poluição" (2022).

Para Nonato (2024), a Economia Verde consiste numa visão conciliatória entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental respondendo de forma equilibrada aos desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade.

Para tanto, a Economia Verde tem como ideia central transformar os modelos tradicionais de produção, distribuição e consumo a partir da incorporação de princípios de eficiência e responsabilidade ambiental buscando mitigar os impactos negativos das atividades econômicas sobre o meio ambiente enquanto gera benefícios socioeconômicos sustentáveis a longo prazo (2024).

Ainda para a autora (2024), a Economia Verde abrange toda a cadeia produtiva, estimulando a inovação, o desenvolvimento de tecnologias limpas e as práticas sustentáveis em diferentes setores, com foco nas seguintes abordagens: promoção da eficiência no uso de recursos naturais; redução das emissões de carbono; estímulo à inovação verde; fomento à inclusão social e conscientização sobre a importância da preservação ambiental para o bem-estar coletivo.

Por fim, Nonato (2024), destaca sete princípios da Economia Verde, sendo: Mitigação, Adaptação, Sustentabilidade, Tecnologias limpas e renováveis, Bioeconomia e Serviços ambientais.

**Cadeia Produtivas no Contexto Amazônico**

O termo Cadeia Produtiva teve sua origem no setor agrícola com ampliação de visão a partir de dentro para antes e depois da porteira da fazenda. Trata-se de um conceito de difícil definição, mas bastante presente na literatura (Prado, J. *et al*., 2021).

Para Bueno (1996), cadeia designa corrente; uma série de qualquer coisa. No sentido mais amplo, remete à ideia de sequência ou elos interdependentes.

De acordo com Pedroso, Estivalete e Begnis (2004), as cadeias produtivas constituem conjuntos de componentes interativos semelhantes aos sistemas produtivos agropecuários e agroflorestais, com o propósito de fornecer serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, comercialização e distribuição além de consumir o subproduto da cadeia.

Para De Castro, Lima e Cristo (2002), cadeia produtiva em termos conceituais desenvolveu-se como um instrumento de visão sistêmica, a partir da premissa de que a produção de bens podia ser representada com um sistema, onde os diversos atores estavam interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado final com produtos do sistema.

Ainda para os autores (2002), o conceito possui grande potencial de extrapolação para diversas outras áreas, possibilitando a universalização conceitual e permitindo utilizar suas capacidades e ferramentas analíticas para a formulação de estratégias e políticas de desenvolvimento em inúmeros processos.

De acordo com Zylbersztajn (1995), o enfoque tradicional de cadeias considera três subsistemas, sendo: a) produção: engloba a produção da indústria de insumos e produção agropastoril. b) transformação: focaliza a transformação industrial, a estocagem e o transporte e c) consumo: permite o estudo das forças de mercado. Para tanto, ainda para o autor é possível que os subsistemas possam competir entre si para suprir a demanda dos consumidores.

Acerca da cadeia produtiva na Amazônia cabe a seleção por produtos florestais não- madeireiros inseridas no extrativismo tradicional amazônico com destaque para produtos já amplamente conhecidos como o açaí e a castanha e outro ainda em fase de estudos como o camu-camu.

Enríquez (2008, p. 120), destaca que as cadeias produtivas amazônicas refletem a realidade de regiões pobres onde grande parte das comunidades nativas convivem com modelos extrativistas de exploração da biodiversidade e uma parte expressiva da população vive em sistemas localizados em unidades de conservação (Reservas de Desenvolvimento Sustentável, FLORA, RESEX, etc).

A Amazônia por suas características geográficas e formação social extremamente dispersa e absoluta falta de instituições de pesquisa consolidadas que agreguem valor aos produtos das cadeias produtivas, é muito difícil pensar na adequação dos conceitos tradicionais de cadeias produtivas ou de arranjos existentes nos países desenvolvidos. Dessa forma, é necessário um melhor entendimento de como ocorrem os processos de coordenação das atividades ao

longo da cadeia produtiva, de que maneira se pode induzir sua transformação, além de saber como pode acontecer uma transição de aglomerados geográficos distantes e esparsos para arranjos e sistemas produtivos mais dinâmicos (Enríquez, 2008).

Para o autor (2008, p. 122), destaca que um dos maiores desafios dos produtos do extrativismo tradicional é a agregação de valor aos produtos atualmente comercializados apenas como matérias-primas. Para tanto, destaca que os produtos devem procurar novos nichos de mercado e aproveitar as novas tendências de uso dos produtos da biodiversidade.

Existem diversos compradores incentivando comunidades a diversificarem seus mercados, já que o ciclo de vida dos produtos da biodiversidade é muito curto, razão pela qual a constante inovação é o requisito principal, no sentido de evitar a saturação do mercado e queda dos preços dos produtos elaborados. No entanto, essa nova oportunidade deve ser rapidamente aproveitada já que se o consumidor muda de gosto a oportunidade também desaparece (Enríquez, 2008).

Para o autor (2008), entre os gargalos de inibem o dinamismo das cadeias produtivas na Amazônia, temos: ausência de padronização do processo, escalabilidade, infraestrutura e vias de escoamento, falta de conhecimento das etapas da cadeia, ampliação de mercado, ausência de nicho bem como a dificuldade de agregação de valor ao produto.

De acordo um levantamento realizado pelo instituto de pesquisa WRI Brasil em parceria com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – Idesam (2022), estima-se que as cadeias produtivas amazônicas tenham o potencial de gerar algo em torno de R$ 38,6 bilhões até 2050 a partir de iniciativas que impulsionam a geração de renda com inclusão socioprodutiva e agregação de valor ao mesmo tempo em que mantém a floresta em pé.

Ainda segundo o estudo (2022), extração e manejo (assistência técnica e crédito), beneficiamento primário (estruturação e organização social), transformação (inovação e pesquisa, tecnologia), comercialização (acesso a novos mercados, remuneração e acordos comerciais), consumo (certificação, sensibilização) constituem melhores práticas e elementos imprescindíveis para impulsionar as cadeias produtivas dos produtos da floresta.

**Desenvolvimento Regional Endógeno**

De acordo com Federwisch e Zoller (1986), o debate acerca do desenvolvimento regional local endógeno divide-se em duas tendências: uma de natureza indutiva (mais descritivos e que partem de estudos específicos e peculiares) e outra considerada dedutiva (partem de postulados gerais e tem como base a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas).

De acordo com Amaral Filho (1996, p.8), a teoria do desenvolvimento regional endógeno nasce na década de 1980 a partir de duas hipóteses: é fruto de pressão exercida pelos dados empíricos relacionados ao desenvolvimento das nações; ou que tenha surgido a partir de ideias e preocupações antigas levantadas pelos clássicos, neoclássicos e heterodoxos (neomarxistas, neo-schumpterianos, regulacionistas, evolucionistas e institucionalistas).

Portanto, a tese consensual decorrente é que: "se um país, região ou local que dispõem desses fatores podem elevar com maior facilidade o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda". Ainda para o autor, é neste ponto que reside a contribuição da teoria do crescimento endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional, em especial, no que se refere à criação de externalidades e bens coletivos (1996, p.10-11).

O desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local, e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de uma economia aberta e sustentável. Constituindo, assim num processo de ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico implementado na econômica local e/ou a atracão de excedentes provenientes de outras regiões (1996, p.14).

Ademais, resulta na ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido e que vem de dentro pra fora e de baixo para cima, partindo das potencialidades sociais e econômicas originais a partir dos atores locais e não mais do planejamento centralizado através de organizações sociais regionais (que são relevantes para as decisões dos atores locais) conduzidas pelo estado (Amaral Filho, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este texto visando discutir a importância das cadeias produtivas como elementos impulsionadores da Economia Verde e do desenvolvimento regional na Amazônia. Uma vez que, a Economia Verde é apontada como o novo e promissor modelo econômico capaz de reduzir os impactos das mudanças climática e retardar a elevação da temperatura da terra, evitando o que os cientistas chamam de "ponto de não retorno".

Dada a incomparável biodiversidade amazônica e sua importância global para enfrentar o desafio das mudanças climáticas, cabe a todos nós a busca por alternativas que possam conciliar o tripé econômico, social e ambiental. Lembrando que a Amazônia não é apenas um território imensurável de cobertura florestal. Trata-se de uma região que abriga aproximadamente 38 milhões de pessoas que vivem em situação extrema de vulnerabilidade social.

É neste contexto que também temos preocupantes indicadores de pobreza, tais como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), pobreza, extrema pobreza, informalidade, desemprego e renda *per capita* certificam que o modelo de desenvolvimento econômico implementado na Amazônia é insustentável e expõe um conjunto de carências, vulnerabilidades e contrações regionais elucidando que a região permanece entre as mais pobres do país. Ademais, a realidade Amazônica abriga questões estruturantes que pesam e acirram a realidade regional clamando por prioridade, tais como: educação, segurança alimentar, água potável e inclusão energética.

Assim, a identificação de um modelo de desenvolvimento regional se adequadamente implementado deverá contribuir para a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, a partir da identificação das potencialidades reginais e com a participação dos atores locais além de mantar a floresta em pé.

Para tanto, evidenciamos a necessidade de cooperação entre múltiplos atores, tais como: o setor público, o setor privado, instituições de ensino e pesquisa regionais, tecnologia, conhecimento tradicional e investimento direcionando uma política pública assertiva em prol do fortalecimento das cadeias produtivas para o correto e amplo desenvolvimento regional com foco na Economia Verde.

Acerca das cadeias produtivas no contexto amazônico, elucidamos que estas refletem a realidade de regiões pobres aonde grande parte das comunidades nativas convivem com modelos extrativistas de exploração da biodiversidade e uma parte expressiva da população vive em sistemas localizados em unidades de conservação.

A estruturação das cadeias produtivas dos produtos da floresta contribuirá para impulsionar a Economia Verde como modelo de desenvolvimento regional tornando menos atrativas atividades predatórias tais como: exploração madeireira, mineral além de inibir a atuação de novos empreendedores de *commodities* que ao longo dos anos causaram impactos sobre a floresta não contribuindo para o desenvolvimento regional ou qualquer processo de transformação que a região necessita.

Por fim, necessitamos de uma alternativa para a Amazônica que tenha potencial para gerar emprego, renda, inclusão social e produtiva nas comunidades locais, promovendo uma mudança na lógica produtiva atual. Sai de cena a extração predatória dos recursos naturais e dos biomas e entra a valorização da floresta em pé e do que é produzido em cada ecossistema “O futuro do Brasil passa necessariamente pelo futuro da Amazônia”.

**REFERÊNCIAS**

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14, 1996.

DE CASTRO, Antônio Maria Gomes.; LIMA, Suzana Maria Valle.; CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. XXII Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica. Salvador, 2002.

EMBRAPA. Economia verde. 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/10180/80070210/Economia+verde+mega+1.pdf/836715e3-fc63-0ade-b7e7-c98128a09c06. Acesso em: 16 jul. 2024.

FEDERWISH, Jacques.; ZOLLER, Henry. Technologie nouvelle et ruptures regionales. Paris: Econômica, 1986.

IDESAM. Caminhos para o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica: melhores práticas nos elos das cadeias produtivas da castanha-do-brasil e do cacau. 2024. Disponível em: https://idesam.org/wp-content/uploads/2024/02/idesam-castanhaecacaumelhorespraticas-estudo_completo.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

KEPPLER, Stefan. Portal economia responde: qual a diferença entre economia verde e bioeconomia? Disponível em: https://portalamazonia.com/sustentabilidade/portal-amazoniaresponde-qual-a-diferenca-entre-economia-verde-e-bioeconomia/. Acesso em: 16 jul. 2024.

NONATO, Lívia. Economia Verde: princípios e vantagens. 2024. Disponível em: https://blog.aevo.com.br/economia-verde/. Acesso em: 03 jun. 2024.

ONU. ONU Meio Ambiente Propõe Modelos Econômicos Alternativos Sustentáveis. 2012. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676321#:~:text=Para%20a%20ONU%20Meio%20Ambiente,resiliência%2C%20oportunidade%20e%20interdependência.”. Acesso em: 18 mar. 2024.

PEDROZO, Eugênio A.; Estivalete, Vânia Fátima de Barros; Begnis, Heron SM. Cadeia (s) de Agronegócio: Objeto, fenômeno e abordagens teóricas. Anais do Enanpad, 2004.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Sobre Economia Verde. 2008. Disponível em: https://www.unep.org/explore-topics/green-economy/about-green-economy. Acesso em: 01 jun. 2024.

PNUMA. Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. 2012. Disponível em: htps://www.unep.org/explore-topics/greeneconomy. Acesso em: 11mar. 2024.

PRADO, Jamaika.; BRITO, Gisele.; MARTINS, Isabela.; RESENDE, Marcelo. Análise da produção científica sobre cadeias produtivas entre 2012 e 2018. Economia e Políticas Públicas, v. 9, n. 2/2021. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspublicas/article/view/4932/5059. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. Minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, LISA, 1996.

TAVARES, Marcia. Economia verde na América Latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. Revista Política Ambiental Economia verde: desafios e oportunidades / Conservação Internacional, n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

VÁSQUEZ ENRÍQUEZ, Gonzalo Enrique. Desafios da Sustentabilidade na Amazônia: Biodiversidade, Cadeias Produtivas e Comunidades Extrativas Integradas. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2008. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/6730/1/2008_GonzaloEnriqueVasquezEnriquez.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZAPATA, Clovis. O papel do crescimento inclusivo para a economia verde nos países em desenvolvimento. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/3254476/clovis-zapata. Acesso em: 20 mar. 2024.

ZYLBERSZTAJN, David. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. Tese de Livre Docência, Departamento de Administração. FEA/USP, 1995.